



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
18ª Reunião Extraordinária – 2/7/2025
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: Debater o Projeto de Lei nº 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Requerimentos relacionados: REQ 3/2025 - CE – Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e REQ 24/2025 - CE – Senador Flávio Arns (PSB/PR).

Participantes: Paulo Cesar Chanan Silva, diretor-geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação); Adriana Azevedo, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) e diretora de Educação da Rede Metodista de Educação; Arnaldo Cardoso Freire, 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); Gonzalo Lopez, executivo da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc); Guiomar Namó de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (Abraspe); e Roberta Guedes, gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC).

Paulo Cesar Chanan Silva, diretor-geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Fórum Brasil Educação)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 previu metas relativas às taxas brutas e às taxas líquidas de escolarização, que não foram alcançadas. A taxa bruta de matrículas alcançou 42,9% em 2024, ano em que a meta era de 50%. A taxa líquida de escolarização ficou em 27,1% no mesmo período, quando eram previstos 33%. Também não foi alcançada a meta de participação do segmento público na expansão das matrículas, que foi de 5,8% em 2023, número distante dos 40% estipulados. Tendo em vista esse contexto, as metas devem ser estabelecidas com maior possibilidade de serem alcançadas, para que haja maior dedicação dos segmentos público e particular.

✓ É necessário prever no PNE a avaliação detalhada das razões pelas quais as metas não vêm sendo cumpridas. O que se observa é que as metas são estabelecidas, mas ao final do prazo constata-se que não foram alcançadas, sendo então estabelecidas novas metas em um novo plano, mas sem detalhar os motivos do não cumprimento das metas



SENADO FEDERAL

anteriores. Isso poderia ser feito ao longo do processo, através de um painel de acompanhamento, para que pudessem ser oferecidas contribuições e propostas ações que possibilitassem o alcance das metas.

✓ A educação superior particular deve ser inserida na agenda estratégica do Brasil, superando-se a polarização entre setores público e particular. As instituições privadas brasileiras são responsáveis por mais de 80% das matrículas da graduação. Esse número deixa as instituições privadas em patamar de igualdade com as instituições públicas em relação ao dever de cumprimento das metas e ao estabelecimento de políticas públicas para a educação superior. É preciso uma agenda em que os setores público e privado estejam em um mesmo local de debate e de decisões sobre políticas públicas, sem que haja mera imposição ao setor privado.

✓ Como exemplo, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) foi muito importante, sobretudo para pequenas e médias instituições de educação superior, mas não teve continuidade. Tendo em vista o cenário posterior à pandemia de covid-19, particularmente com o aumento da competição no mercado de educação, seria relevante reeditar o programa para socorrer instituições em dificuldade, em ação atrelada ao aumento da oferta para permitir o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, o Proies seria uma base para que instituições privadas estejam em patamar de igualdade com as instituições públicas, no que se refere às políticas em desenvolvimento.

✓ No que se refere à expansão, permanência e qualidade, há dois programas básicos de estruturação e manutenção de alunos atendidos pelo Governo em instituições particulares, que são o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

✓ A ampliação da educação à distância é um assunto que se relaciona com o cumprimento de metas. Há 2,2 mil municípios brasileiros que só recebem educação superior na modalidade à distância. O movimento para restringir o ensino à distância compromete o ensino nesses municípios. Ou se cria uma política para levar educação superior a essas localidades, com subsídio às mantenedoras, ou se desburocratiza o ensino à distância, não se falando em qualidade, mas em acesso.

✓ Decreto recente sobre educação à distância trouxe diversas inovações, no sentido de melhorar a qualidade. O setor privado reconhece que havia necessidade de uma nova legislação, devido à falta de qualidade da oferta. Mas, entre outros pontos, o decreto retirou a possibilidade de oferta do curso de Enfermagem na modalidade à distância, e o curso só poderá ser oferecido de forma presencial. Com isso, 2,2 mil municípios brasileiros ficam impedidos de ofertar esse curso e os candidatos passam a precisar se deslocar de suas cidades, muitas vezes em condições sociais muito difíceis. A questão do ensino à distância, dentro desse cenário, deve ser enfrentada com mais seriedade, no sentido de dar mais acesso, e não de diminuir qualidade.

✓ Quanto ao monitoramento de transparência participativa, são muito importantes o apoio e o fortalecimento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas



SENADO FEDERAL

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como instituição responsável por pesquisas e dados e como órgão técnico coordenador do monitoramento do PNE. O Inep deve contar com previsibilidade de recursos e participação social, devendo ser criado um observatório nacional do PNE, com participação multissetorial, incluindo representantes do setor privado e comunitário, para acompanhamento das metas ao longo do percurso, e não apenas para constatação, ao final, de que não houve cumprimento.

✓ O papel do Inep na construção dos indicadores e mecanismos de avaliação é estruturante e fundamental, principalmente diante da demanda por qualidade. O instituto deve ser fortalecido, para que ofereça à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) condições para tomar medidas de correção de rumos.

✓ Para que o novo PNE assegure qualidade e equidade no ensino, incluindo as instituições particulares e confessionais, é preciso tratar a todos igualmente, e tratar a equidade como pilar. As instituições não podem ser distinguidas por serem particulares, confessionais ou públicas, mas como partes em um mesmo processo, com o único objetivo de cumprir as metas. Essas metas serão estabelecidas no sentido de melhoria da educação superior do País e dos indicadores educacionais brasileiros, para o que todos devem trabalhar em conjunto.

✓ No que se refere às parcerias público-privadas, a fiscalização é fundamental, sobretudo quando há recursos públicos aplicados ao setor privado. Se o PNE não trazer mecanismos de fiscalização, será preciso indicar meios para que essas parcerias continuem a existir. Não se pode partir do pressuposto de que essas parcerias não vão funcionar, por não atenderem a questões de ordem econômica.

Principais recomendações do convidado:

✓ O Fies tem enfrentado problemas, como a inadimplência e a burocracia, que foi demasiadamente ampliada. Atualmente, há muitas vagas ociosas nas instituições, algo que não ocorria no passado. O programa deve ser repensado, no âmbito do processo de cumprimento de metas, tendo em vista que não se pode ignorar a necessidade de financiamento público, por parte de uma população beneficiária de programas sociais.

✓ A ampliação do Prouni é necessária, tendo em vista que o custo de um aluno atendido pelo programa em uma instituição privada representa 16% do custo de um aluno matriculado em instituição pública, com menor evasão e com o mesmo desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A ampliação do Prouni contribuiria para o cumprimento de metas estabelecidas no PNE.

✓ As políticas públicas de ampliação de acesso também devem ter foco em assegurar a equidade para negros, indígenas e quilombolas.



SENADO FEDERAL

Adriana Azevedo, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) e diretora de Educação da Rede Metodista de Educação

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ A construção de um PNE democrático, inclusivo e comprometido com o futuro do País exige diálogo plural, respeito à diversidade institucional e escuta atenta de todas as vozes que atuam na formação das novas gerações.

✓ As instituições confessionais evangélicas, há mais de um século, são parte viva dessa história não como agentes paralelos, mas como parceiros legítimos do Estado na promoção de uma educação com sentido, com valores e com compromisso social.

✓ A Abiee não se limita a defender interesses de uma rede de educação específica, mas reafirma os valores da liberdade de ensino e da convivência respeitosa entre o público e o privado e entre o laico e o confessional, que, juntos, podem formar uma nação mais justa, mais solidária e mais plural.

✓ As escolas e universidades confessionais têm contribuído significativamente para a formação de cidadãos éticos, críticos e comprometidos com valores da justiça, da solidariedade e da dignidade humana.

Principais recomendações da convidada:

✓ O projeto do novo PNE apresenta diretrizes importantes para a próxima década. É fundamental que o PNE reconheça e respeite a diversidade de ofertas no País, incluindo as instituições confessionais como parte integrante da pluralidade democrática prevista na Constituição Federal. O novo PNE tem o desafio de planejar metas e de afirmar os valores da pluralidade, da liberdade e do respeito à fé e à convivência democrática. A Abiee espera que o Congresso Nacional saiba reconhecer nas instituições confessionais evangélicas a parceria para a educação no presente e no futuro.

Arnaldo Cardoso Freire, 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Há 81 anos, a Confenen representa toda a educação privada no Brasil, abrangendo mais de 15 milhões de estudantes, da educação infantil ao ensino superior, em mais de 45 mil instituições de educação básica e de ensino superior.



SENADO FEDERAL

✓ O entendimento da Confenem é o de que educar é direito natural e inalienável da família, com suas opções filosóficas, crenças, valores, princípios e propósitos, respeitando-se a individualidade de cada um. Não há democracia onde inexistente liberdade de ensinar e de aprender. O monopólio estatal do ensino é o caminho para a instalação e perpetuação das ditaduras.

✓ Na Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988, a Confenem trabalhou intensamente para preservar e ampliar os direitos da escola privada, quer seja leiga ou confessional, com ou sem fins lucrativos, filantrópica ou não, e a todas sempre chancelou suas justas e necessárias lutas pela sobrevivência, sempre atuando em prol do coletivo.

✓ O projeto de lei sobre nomeação das escolas indígenas, quilombolas e do campo poderia ser estendido a todas as escolas brasileiras, tendo em vista que muitas escolas ainda homenageiam presidentes da ditadura, bandeirantes e pessoas contrárias a direitos humanos e indígenas.

✓ A Confenem buscou estender a todos as suas conquistas, em prol da liberdade de ensinar e de aprender, para que o setor privado conviva lado a lado com o ensino público, de modo que não seja uma concessão ou delegação do Poder Público, e que não haja subordinação a ele, em atendimento a vontades de governantes de cada época.

✓ O novo PNE tem entre as suas diretrizes o respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e de concepções, em linha com o disposto no art. 206 da Constituição Federal.

✓ O Objetivo 7 do PNE é o de promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania. A Meta 7.a visa a assegurar a conectividade à internet de alta velocidade para uso pedagógico em 50% das escolas públicas da educação básica até o quinto ano de vigência do PNE e em todas as escolas até o final do decênio.

✓ A partir de 2022, em todo o mundo, a educação passou por uma mudança muito grande, com o advento da inteligência artificial. Atualmente, não há que se pensar em escolas sem acesso à internet em um país como o Brasil, em que 96% são escolas estão em regiões urbanas e menos de 10% da população vive no campo. Não é admissível aguardar dez anos para a universalização, que deve ocorrer o quanto antes.

✓ O Objetivo 11 do novo PNE é o de ampliar o acesso e permanência da educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e com inclusão. Atualmente, há limitações muito grandes em relação ao ensino técnico, com riscos de o Brasil enfrentar um apagão de mão de obra em função de mudanças tecnológicas. Assim, é razoável a Meta 11.d. (expandir para três milhões o número de matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de cento e sessenta horas, em instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino). As escolas particulares poderão contribuir para atingimento dessa meta.



SENADO FEDERAL

✓ O Objetivo 13 do novo PNE é o de ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e inclusão. A Meta 13.c visa a elevar, gradualmente, o número de concluintes nas instituições de educação superior para atingir 1,65 milhão de titulações anuais no fim da vigência do PNE, com, no mínimo, 300 mil titulações anuais no segmento público. Isso significa que as escolas particulares deverão contribuir com 1,35 milhão de titulações para atingir a meta.

✓ O Objetivo 14 do novo PNE é o de garantir a qualidade dos cursos de graduação e instituições de ensino superior. Uma das metas é a de ampliar o percentual de docentes de tempo integral para 70%, e, no mínimo, 50% em cada categoria, pública, privada ou comunitária. Haverá problemas tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares para suportar os custos dessa meta.

✓ Será preciso garantir a qualidade nos cursos de graduação, tendo em vista a meta de 1,35 milhão de formações anuais de estudantes que serão colocados no mercado de trabalho. O foco não pode ser apenas na questão quantitativa e é preciso discutir como será feita educação de qualidade, algo que não é abordado pelo PNE.

✓ O Objetivo 16 do novo PNE é o de garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica. A Meta 16.a. visa a assegurar que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de pedagogia, e licenciatura nas áreas de conhecimento e modalidades em que atuam. As escolas particulares podem contribuir significativamente com o atingimento dessa meta.

✓ Tendo em vista questionamentos sobre como o PNE pode fortalecer a educação pública, evitando a destinação de recursos à educação privada e a ampliação de desigualdades pelo avanço do setor particular, a Confenem registrou seu entendimento de que, se a escola particular quer ser autônoma e independente, deve gerir-se com suas próprias verbas, obtidas das mensalidades escolares. É por isto que a escola particular é democrática: é uma opção dos pais, que podem optar por qualquer escola particular a quem confiar a educação dos filhos.

✓ Por outro lado, o Prouni é o programa de maior oferecimento de vagas estudantis no Brasil. Mais de 200 mil vagas são oferecidas em todos os cursos das universidades, faculdades e centros universitários particulares do Brasil. É um programa que reduz a desigualdade social, um trabalho que as universidades particulares do Brasil têm feito com muita eficiência.

✓ Quanto à aplicação de princípios de gestão democrática às escolas particulares, os fóruns se apresentam como espaços relevantes, nos três níveis – nacional, estadual e municipal. São espaços de que fazem parte todas as instituições que representam a educação pública e particular.

Guiomar Namó de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (Abraspe)



SENADO FEDERAL

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ As discussões sobre o material didático no âmbito do PNE não podem ignorar o contexto do professor na sala de aula. O material didático é um elemento de apoio da ação docente na condução do processo de ensino-aprendizagem. A Abraspe, em parceria com a associação De Olho no Material Escolar, apresentou diversas emendas ao PNE relativas a esse assunto.

✓ Professor é fator decisivo. As evidências têm comprovado reiteradamente que o professor é o fator de maior peso no desempenho do aluno, entre aqueles que podem ser controlados pelas políticas educacionais e pela gestão escolar. A gestão escolar não tem controle sobre o nível socioeconômico, o ambiente do aluno, as questões familiares, a origem cultural e o ambiente cultural da família, mas tem controle sobre os fatores que acontecem dentro da escola, sendo o professor o fator mais decisivo.

✓ Muitas políticas determinam a eficiência e a eficácia do professor, destacando-se as relativas à formação, à formação continuada e à carreira e avaliação de desempenho.

✓ A formação continuada do professor pode ser realizada de várias maneiras válidas, cada uma em seu contexto. Os programas de atualização e capacitação, por meio de cursos, seminários e eventos, mobilizam o professor para ouvir e participar de um conjunto de atividades. Esses eventos são muito importantes para sensibilizar o professor, que pode se encontrar com outros profissionais e manter intercâmbio com eles. No entanto, esses formatos retiram o professor do seu contexto de sala de aula.

✓ Um segundo tipo de formação continuada acontece na própria escola, envolvendo atividades como mentoria, orientação pedagógica e atividades coletivas que promovem reflexão sobre as práticas cotidianas. Há evidências de que as atividades que ocorrem na própria escola apresentam grande eficácia. A formação de uma dimensão reflexiva do professor é muito importante para a melhoria do seu desempenho, quando ele entende o que está fazendo, se está fazendo certo ou errado, se precisa corrigir, se precisa ver o que o colega está fazendo e eventualmente fazer as mesmas coisas. Trocar experiência é uma atividade importante para a construção de conhecimento na prática. Essa troca de experiências não é afastada da teoria: podem existir muitas teorias orientando a atividade, mas ela é voltada sobretudo para a prática cotidiana do professor. Ademais, é preciso destacar o uso dos recursos didáticos disponibilizados para o professor. É preciso entender se esses recursos são bons, se o professor sabe lidar com eles e se o resultado contribui para uma prática mais eficaz e, portanto, para uma melhor aprendizagem dos alunos.

✓ A importância dos materiais didáticos se evidencia pelo fato de funcionarem como apoio para a gestão do processo de ensino-aprendizagem. Incluem desde recursos simples até grandes plataformas tecnológicas. É preciso atentar que recursos simples, como quadros de papel contendo ilustrações e frases, podem levar a grande engajamento dos



SENADO FEDERAL

alunos no processo de ensino-aprendizagem, embora não se possa descartar os recursos tecnológicos atuais.

✓ O material didático depende de uma gestão escolar adequada. É importante que a escola tenha organização e rotina que facilitem o uso do material didático. A gestão do processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta que o material didático é um recurso de formação. O material deve estar em consonância com as diretrizes, orientações e princípios que regem a organização pedagógica da escola. Portanto, eles dependem de uma política nacional, estabelecida em parceria com estados e municípios. O material escolar depende muito de um programa nacional.

✓ Uma política educacional para o material didático apresenta três dimensões: a) nacional: área da gestão do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), incluindo seleção, avaliação, aquisição e distribuição dos materiais e outros recursos didáticos; b) regional: área de atuação dos gestores dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, envolvendo ações complementares e de contextualização; e c) local: área de atuação dos gestores escolares, orientadores pedagógicos e professores especialistas por conteúdos.

✓ Quando se analisa a qualidade, a eficiência e a eficácia do material didático utilizado pelo professor, observa-se que se trata de um instrumento de formação continuada no dia a dia da escola. O professor, ao consultar o material didático, também tem acesso a conhecimentos que não adquiriu no seu curso de formação inicial. O material provê formação continuada em serviço. Uma gestão do material didático, especialmente em escolas que contem com coordenadores pedagógicos, pode fazer com que o material didático seja um ponto de partida para atividades formativas, discussões em grupo e intercâmbios. Práticas desse tipo são comuns em países orientais com bom desempenho em educação.

✓ O processo de construção coletiva do conhecimento na escola pode ser estimulado e complementado por um bom livro didático, por uma plataforma de acesso a conhecimento, por uma trilha de aprendizagem e por diversos recursos utilizados para a formação do professor. O material didático não é algo isolado, pois deve estar em um conjunto de questões que dizem respeito à gestão do ensino-aprendizagem.

Principais recomendações da convidada:

✓ As emendas apresentadas pela Abraspe ao projeto do PNE têm a ver com os critérios que devem constar de todos os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que devem orientar toda a seleção do material didático. O material deve ser baseado em evidências, quanto ao seu conteúdo e quanto à sua eficácia como recurso de ensino-aprendizagem. Deve ser selecionado, avaliado e adquirido com bases que garantam veracidade factual e consistência científica. É preciso garantir o acesso da escola e do professor a materiais didáticos que sejam cientificamente sólidos e pedagogicamente eficazes.



SENADO FEDERAL

✓ Para garantir que o material seja livre de ideologias, de posições predefinidas e de desinformação (*fake news*), é preciso que o MEC atue na seleção e na análise e que a gestão da escola faça uma análise crítica. O material não pode ser visto como algo dado e acabado, mas como recurso para fortalecer a prática e que pode ser importante na definição de um processo de conhecimento livre de ideologias dentro da escola.

Gonzalo Lopez, executivo da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A iniciativa privada na educação tem como papel intrínseco possibilitar escolhas e perfis específicos na formação educacional, tendo em vista que o Estado, por ser laico, deve prover formação cidadã, desvinculada de alguns aspectos particulares que possam ser desejados pelas famílias. Isso inclui temas ligados ao caráter familiar, a valores, a filosofias, a metodologias de ensino, a questões sociais e a perfis religiosos.

✓ Todos esses desejos são legítimos, se orientados pelos princípios constitucionais, pelos princípios de direitos humanos e pela preservação do interesse superior da criança. A criança goza de prioridade constitucional em todos os aspectos, porque representa o futuro do País.

✓ O setor privado possibilita essa formação ampla, cidadã e de múltiplas faces. Vale ressaltar o papel democrático da iniciativa privada, sobretudo em relação aos direitos das famílias quanto à formação.

✓ A maior parte das escolas privadas segue o padrão laico, tido como predominante no Estado brasileiro. É importante que as portas estejam abertas a novas tecnologias em que o setor privado tenha uma capacidade dinâmica de absorção e implementação de forma mais rápida, para atender à formação do cidadão. Nesse sentido, o setor privado pode atender com mais facilidade e dinamismo quem deseja uma formação mais vinculada ao esporte, à cultura, a estudos no exterior ou a estudos sociais e de pautas identitárias.

✓ Uma instituição privada pode estabelecer parcerias imediatas com organizações não governamentais (ONGs) e instituições tanto nacionais quanto internacionais, de forma dinâmica e com grande sinergia. Essa autonomia do setor privado e a visão diversificada das gestões podem ser fundamentais para o cumprimento das metas do PNE.

✓ A iniciativa privada pode contribuir para ampliar a capacidade institucional, oferecendo maior flexibilidade para respostas imediatas, estabelecendo parcerias voltadas à rápida disseminação e defesa dos direitos humanos, das pautas identitárias e da aplicação de tecnologias, além de promover a acessibilidade a essas inovações.



SENADO FEDERAL

✓ A iniciativa privada tem a possibilidade de atuar em questões críticas, como o enfrentamento do déficit de vagas para creches de educação infantil, que ultrapassa 1,5 milhão de vagas. O PNE visa a acabar com esse problema, mas não tem conseguido, sendo que os avanços registrados decorreram de parcerias com o setor privado, a exemplo dos termos de cooperação e dos convênios celebrados com creches e com escolas de educação infantil.

✓ A Abreduc defende que essas parcerias sejam ampliadas, para que se acabe com a falta de vagas na educação infantil. Não é apenas a criança que perde, na primeira infância, a possibilidade de explorar seus potenciais, mas também as suas famílias.

✓ Dados apontam que entre 20% e 25% dos beneficiários do Prouni são mulheres em estado de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras. Na educação básica, há meninas que não conseguem seguir seus estudos ou se inserirem no mercado de trabalho por falta de vagas para seus filhos nas escolas, o que é muito grave. A Abreduc defende que o setor privado atue para reduzir esse déficit de vagas.

✓ A Abreduc defende a adoção de uma iniciativa semelhante ao Prouni para a educação básica, de modo que passivos tributários possam ser convertidos em vagas. É preciso considerar que faltam vagas inclusive nos níveis fundamental e médio, ainda que o problema seja mais grave na educação infantil e nas creches. O Probásico poderia resolver rapidamente o problema e a Abreduc apresentou emenda para que programa com essa finalidade seja instituído.

✓ O setor privado poderia resolver o problema da falta de vagas de forma célere e efetiva em cerca de dois ou três anos. Não é possível aguardar mais uma década para a solução do problema.

✓ Outra emenda da Abreduc busca abranger qualquer tipo de parceria e de possibilidade de auxílio na educação brasileira, ao promover a inovação educacional e o fortalecimento de arranjos colaborativos com agentes públicos e privados para a qualidade do ensino, para a gestão e para a equidade educacional.

✓ O PNE é uma grande oportunidade de realização de metas, conciliando e gerando de forma colaborativa o diálogo e a sinergia com o setor privado. É preciso superar a ideia de que o setor privado se opõe ao setor público, o que não faz sentido à luz dos princípios constitucionais. Cada setor tem o seu papel, e a universalização passa pela educação de qualidade para permitir o acesso a todos, a permanência e a qualidade. O setor privado pode contribuir de múltiplas formas. A Abreduc promove um chamado ao diálogo, para que o projeto do PNE seja construído de maneira conjunta e qualificada.

✓ Melhorar a educação no Brasil é um desafio complexo que exige ações coordenadas em várias frentes, considerando as desigualdades regionais. Como exemplo, há escolas estaduais do Paraná que contam com câmeras de reconhecimento facial nas salas de aula para registro de presença dos alunos, o que permite às famílias a certeza de que os filhos estão na escola. É uma tecnologia que muitas escolas particulares com altas



SENADO FEDERAL

mensalidades ainda não possuem. Porém, há muitas cidades brasileiras onde faltam vagas para os estudantes, o que evidencia as grandes desigualdades regionais existentes no Brasil.

✓ Quanto às dificuldades de atingimento das metas estabelecidas no PNE e a necessidade de metas para regular e fiscalizar parcerias público-privadas, garantindo maior transparência e qualidade educacional, a Abreduc reforça a defesa dessas parcerias, pois entende que podem contribuir com grandes avanços no processo educacional brasileiro, de forma complementar ou suplementar, e nunca substitutiva.

Roberta Guedes, gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ A Anec, em nome das 2 mil instituições, dos 150 mil profissionais da educação e de um milhão de alunos que representa, valoriza e apoia o PNE, pretendendo atuar para que o plano não se limite a ser um mero documento, mas funcione como um instrumento potente que articule os entes federativos, a fim de superar as desigualdades educacionais, promovendo uma educação com qualidade social.

✓ O projeto do novo PNE tem metas importantes e ambiciosas, em uma estrutura que inclui 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias. Por outro lado, a Anec aponta a dificuldade da implementação e do monitoramento desse plano.

✓ É preciso evitar os erros já cometidos e garantir articulação intersetorial efetiva da educação. O PNE deve ser um instrumento para potencializar as possibilidades da educação brasileira pública e privada, com a compreensão de que o setor privado não é maior ou melhor do que o setor público. O setor privado deve complementar a ação do Estado, onde isso é necessário. A Anec defende a educação do setor confessional e filantrópico, que esteja nos ambientes de vulnerabilidade, que se dedique a projetos de educação básica e superior e que potencialize as condições daqueles que foram historicamente esquecidos e estejam galgando a sua posição, a sua fala, a sua voz e a sua ação na sociedade brasileira.

✓ A Anec acredita no PNE como articulação entre os sistemas de ensino público e privado, havendo bons exemplos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC precisa ser revista e pode melhorar, mas, a partir do aprimoramento das políticas públicas e do pacto federativo pela educação, serão possíveis muitas conquistas.

✓ A Anec defende a formação docente porque 70% das instituições católicas de ensino superior oferecem licenciaturas e pós-graduação para a formação docente continuada. A entidade pretende continuar a atuar na formação de excelência de professores e para que esses profissionais tenham condições dignas de trabalho na educação privada e na educação pública.



SENADO FEDERAL

✓ No âmbito do PNE, a Anec destaca a importância dos fóruns e dos conselhos para a efetivação das metas. As secretarias de educação precisam dialogar com os conselhos e fóruns de educação em todos os níveis. Muitas vezes, esses fóruns funcionam sem estrutura, sem investimento e com pouca participação, ainda que sejam espaços de garantia democrática. Os documentos produzidos pelos fóruns e conselhos precisam ser considerados pelo Congresso Nacional, para que se alcance um PNE potente e que defenda uma educação que garanta justiça social.

✓ Enquanto representante do setor privado, a Anec adverte para pontos como o aumento da regulação estatal, que pode levar ao comprometimento da autonomia pedagógica e administrativa e até ao fechamento de pequenas escolas confessionais e filantrópicas.

✓ É preciso ter muito claro que o PNE não faz imposições de padrões curriculares, porque é preciso garantir a diversidade dos projetos pedagógicos. As instituições atuam em todo o País, em diferentes territórios. Há projetos pedagógicos para comunidades quilombolas e escolas indígenas e o PNE deve garantir essa autonomia.

✓ Embora o plano trate prioritariamente da distribuição de recursos públicos entre os entes federados, não se pode ignorar o peso tributário da política, quando se fala da concessão de incentivos fiscais, que podem impactar negativamente as escolas confessionais católicas e as escolas filantrópicas.

✓ É urgente um plano para a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis no Brasil, o que se apresenta como um desafio muito complexo.

✓ As escolas confessionais e filantrópicas acreditam que ações coordenadas podem garantir tanto a voz quanto um planejamento eficaz, considerando as desigualdades regionais. É preciso formar cidadãos críticos e engajados, que tenham projetos de vida e sejam comprometidos com a democracia. O ensino de ciências sociais, de história, de geografia e de filosofia deve começar na pré-escola, para formar cidadãos que pensam, refletem, têm consciência do seu espaço e lutam pelos seus direitos, cumprindo os seus deveres.

✓ O projeto do novo PNE ainda tem falhas, por exemplo, na questão ambiental. É preciso retomar esse ponto, porque é por meio da formação crítica com as ciências sociais que o estudante pode aprender a ecologia integral enquanto instrumento de cidadania.

✓ A Anec também defende um pacto federativo. A rede pública e a rede privada não podem ser opositoras, mas atuar de forma complementar. Muitas escolas católicas mantêm convênios com municípios e estados, suplementando atividades ou mesmo oferecendo ensino regular, quando a rede pública é insuficiente. As escolas católicas têm sido exemplo na área da inclusão, inclusive com salas de recursos e atividades direcionadas, com o Plano Educacional Individualizado.

✓ A Anec quer garantir que a educação seja efetivada como política de Estado, que possa dar condições para um pacto educativo global. Por isso defende que as instituições beneficentes, sem fins lucrativos e confessionais estejam a serviço de uma



SENADO FEDERAL

educação para a cidadania e para todas as pessoas, com o entendimento de que o PNE deve ser instrumento efetivo para que isso aconteça.

Principais recomendações da convidada:

- ✓ O Sistema Nacional de Educação (SNE) precisa ser garantido e colocado em prática junto com o PNE. É preciso superar as desigualdades educacionais, o que pode ser feito conjuntamente pelos setores público e privado.
- ✓ É preciso garantir a atuação filantrópica das escolas confessionais, que ocorre principalmente onde estão os mais vulneráveis.
- ✓ É preciso garantir a autonomia das instituições, assegurando a sua liberdade de organização, de gestão e de proposta pedagógica. É garantindo uma participação de todas as vozes que se vai garantir também uma educação particular que construa indicadores e mecanismos de igualdade e de justiça social.